



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD 069/2025.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Despesa com aquisição de uma bicicleta aro 26 para premiação do concurso de Redação do PROERD com encerramento dia 26 de junho de 2025.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da necessidade da contratação

A aquisição de uma bicicleta para premiação no concurso de redação a ser realizado pelos alunos do 5º Ano que estão participando do PROERD é essencial e tem como objetivo promover o desenvolvimento da leitura e escrita e a interação dos estudantes com a comunidade. Diante disso, apresentamos a justificativa para a contratação de serviços de fornecimento de uma bicicleta aro 26 na cor preta para premiação dia 26 de junho de 2025.

2.2. Atendimento à Demanda: O concurso de redação do PROERD visa premiar e conscientizar os alunos que aumento de usuários de drogas ilícita em nossa cidade é motivo de preocupação para toda a comunidade e importância do envolvimento da escola na luta contra as drogas., visto que a o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) é um programa de prevenção que visa educar crianças e adolescentes sobre os riscos do uso de drogas e a violência, capacitando-os para fazer escolhas saudáveis e seguras. O programa é implementado em parceria com a Polícia Militar, escolas e famílias, e oferece aulas interativas e atividades práticas.

2.3. Atendimento a Normas e Legislações: A contratação deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outras legislações pertinentes, garantindo a aplicação dos recursos.

Diante do exposto, a contratação de fornecedor de bicicleta para premiação é uma ação necessária, visando a implementação de programas complementares para assegurar o desenvolvimento e cumprimento das legislações vigentes e a promoção de uma educação de qualidade.

Portanto, solicitamos a aprovação da formalização da demanda para a contratação de fornecedores do objeto em questão, com o intuito de premiar o aluno que redigir melhor sobre o tema em questão. O concurso de Redação sobre a Resistência às Drogas e a Violência de forma geral contribui para o desenvolvimento cultural, social e a consciência de resistência às drogas e a violência.

INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. Descrição sucinta do objeto

1- Fornecimento de uma bicicleta aro 26 com marchas - conforme termo de referência.

Autorizo na Forma da Lei
Renato de Castro
Prefeito





2.2. Grau de prioridade da compra ou da contratação

O grau de prioridade para contratação para aquisição é ALTA.

2.3. Justificativa de prioridade

A prioridade nos serviços é justificada em razão da culminância do projeto e a formatura estar agendada para o dia 26 de junho.

A implantação do Proerd para os alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental objetiva a consciência e a resistência ao uso de drogas. A premiação de melhor redação incentiva a escrita e promove a melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida dos estudantes e comunidade, visto que, o programa de resistência as drogas do PROERD não se limita aos muros das escolas.

2.4. Data prevista para conclusão do processo

O prazo previsto para finalizar o processo é de no máximo 15 (quinze) dias.

2.5. Prazo de Entrega/ Execução

A entrega da bicicleta será integral e imediata, com prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

2.6. Local, data e horário da Entrega/Execução

A bicicleta deverá ser entregue, acompanhada de Nota Fiscal/Fatura, de segunda a sexta das 07:00 as 11:00h e das 13:00 as 17:00h, nas dependências da Secretaria de Educação não admitindo a entrega em outro local.

2.8. Vinculação ou dependência com o objeto de outra contratação

Não Há vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

2.9. Demonstrativo da previsão da contratação no PCA – Plano De Contratações Anual:

8.1 Os gastos previstos encontram-se dentro do PLANO PLURIANUAL (PPA), assim como na Lei Orçamentária Anual (LOA), devido à ausência neste momento do Plano Anual de Contratações, não obstante a realização das futuras aquisições, conforme o art. 18, *caput* e § 1º, inc. II da Lei nº 14.133/2021.

SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	BICICLETA ARO 26 EM AÇO, 21 MARCHAS,	UNID	01	R\$ 600,00	R\$ 600,00





QUIDÃO EM AÇO, MAÇANETA EM NYLON, FREIOS V-BRAKE NYLON, CANOTE SELIM AÇO, ARO EM ALUMÍNIO NATURAL, PNEU 26 MULTI-TERRENO, RODA LIVRE 20 DENTES, COROA 46 DENTES, DESCANSO LATERAL E PEDAL EM NYLON.				
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 600,00

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Secretaria Municipal de educação.

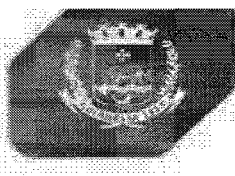
Responsável(eis) pela demanda:

Nome: Noé Raimundo de Araújo.

Cargo/Função: Secretário Municipal de Educação

Goianésia (GO), 14 de junho de 2025.

Noé Raimundo de Araújo
Secretário de Educação

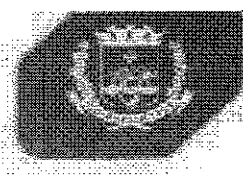


AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Autoridade Competente do Município de Goianésia, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o art. 72, inciso VIII, da Lei 14.133/21, autoriza o Agente de Contratação e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto Municipal n.º 062/2025, a proceder a instauração de procedimento de Dispensa de Licitação para a abertura de processo de despesa por meio de dispensa de licitação, visando à aquisição uma bicicleta aro 26 para premiação do(a) aluno(a) com melhor redação do Proerd em atendimento as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Goianésia, conforme especificações constantes do Termo de Referência que instrui o presente procedimento.

Digitally signed by VALDIVINO SANTANA:03172074153
Date: 2025.05.20 17:15:51 GMT-03:00
Reason: Approved and signed digitally
Location: BR

VALDIVINO SANTANA
Autoridade Competente



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, abertura de processo de despesa por meio de dispensa de licitação, visando à aquisição de uma bicicleta aro 26 unissex - cor preta, para premiação do concurso de redação do Proerd, em atendimento as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Goianésia, conforme especificações e detalhamentos a seguir:

2. JUSTIFICATIVA

1. A aquisição de uma bicicleta para premiação dia 26 de junho de 2025, no concurso de redação a ser realizado pelos alunos que estão participando do PROERD é essencial e tem como objetivo promover o desenvolvimento da leitura e escrita, incentivar e conscientizar a interação dos estudantes com problemas sociais da comunidade. Diante disso, apresentamos a justificativa para a contratação de serviços de fornecimento de uma bicicleta aro 26 na cor preta.

2. Atendimento à **Demanda**: O aumento de usuários de drogas ilícita em nossa cidade é motivo de preocupação das autoridades e população em geral. A implantação do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) é um programa de prevenção que visa educar crianças e adolescentes sobre os riscos do uso de drogas e a violência, capacitando-os para fazer escolhas saudáveis e seguras. O programa é implementado em parceria com a Polícia Militar, escolas e famílias, e oferece aulas interativas e atividades prática

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Para a presente aquisição, deverão ser consideradas as seguintes informações orçamentárias:

ORGANOGRAMA	DETALHAMENTO DA FONTE
652	101000

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

4.1. A especificação do produto a ser adquirido é:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UN. DE MEDIDA	QTDE	VLR UNIT ESTIMADO	VLR TOTAL ESTIMADO
1	BICICLETA ARO 26 EM AÇO, 21 MARCHA, QUIDÃO EM AÇO, MAÇANETA EM NYLON, FREIOS V-BRAKE NYLON, CANOTE SELIM AÇO, ARO EM ALUMÍNIO NATURAL, PNEU 26 MULTI-TERRENO, RODA LIVRE 20 DENTES, COROA 46 DENTES, DESCANSO LATERAL E PEDAL EM NYLON.	UNID	01	R\$ 600,00	R\$ 600,00

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

5.1. O valor total estimado do presente fornecimento é de R\$ 600,00 (seiscentos reais), cujo valor foi apurado pelo valor médio alinhado em pesquisa de mercado.

5.2. Deverá ser realizada pesquisa de preços para fins de verificar se os valores propostos estão de acordo com o praticado no mercado.

5.3. No valor a ser pago deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, transporte, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1. A modalidade licitatória adotada para a seleção do fornecedor será por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento de menor preço, haja vista os padrões de desempenho e qualidade serem objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, sendo comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

6.1.1. A contratação direta por dispensa de licitação permite uma maior celeridade na aquisição de bens e serviços, atendendo a demandas urgentes e evitando a morosidade do processo licitatório, que pode comprometer a continuidade dos serviços públicos.

6.2. A aquisição se fundamenta nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

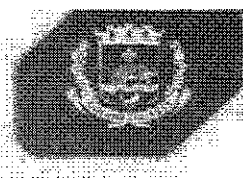
6.2.1. Conforme o Decreto nº. 12.343, de 30 de dezembro de 2024, ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 75, caput, inciso II - R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

7. DA JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A não elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a presente aquisição, considerando a nova Lei de Licitações e Contratos, inicialmente, se baseia nas disposições do inciso I, art. 72 da lei n. 14.133 que trata da formalização dos processos de contratação direta elucidando que tais contratações devem ser formalizadas pelo **"documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos**, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo" (grifo nosso).

Considerando ainda, que em âmbito municipal, a obrigação de elaborar estudo Técnico Preliminar aplica-se a aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, sendo opcional nos seguintes casos, conforme art. 13, Decreto Municipal nº. 1.653 de 07 de abril de 2022:



I – contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma da contratação;

II – dispensa de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7 do art. 90 da 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV – quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

Neste sentido a Administração pode substituir o Estudo Técnico Preliminar (ETP) por outro documento simplificado quando a contratação for de baixa complexidade. Esse documento substitutivo deve conter as informações mínimas necessárias para garantir a execução adequada da despesa, conforme o presente caso.

8. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO PRODUTO

8.1. A entrega dos produtos será integral e imediata, com prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.2. A bicicleta deverá ser entregue, acompanhada de Nota Fiscal/Fatura, de segunda a sexta das 07:00 as 11:00h e das 13:00 as 17:00h, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, não admitindo a entrega dos itens em outro local.

8.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo secretário de educação.

8.4. O produto poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

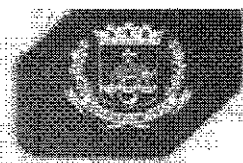
9.1. O produto objeto da presente solicitação deverão ter garantia do material, prevalecendo à garantia oferecida pelo fabricante.

9.2. O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail, ofício ou outro meio hábil de comunicação.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado em parcela única, após a entrega total dos produtos.

10.2. No valor a ser pago pela requisitante estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da presente aquisição.

10.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante do protocolo da nota fiscal devidamente assinada pelo secretário da pasta. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará bloqueada e o pagamento susinado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o Município.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações da Contratada:

11.1.1. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica do ato da contratação, observando e acatando as disposições do artigo 92 Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que sejam cabíveis à natureza deste instrumento ou através da certidão/certificado aludido no inciso II, do artigo 69 da supracitada lei;

11.1.2. Acatar com as disposições da legislação vigente inerente ao objeto deste contrato, respeitando e primando especialmente pelo cumprimento dos artigos 117 a 121 da Lei 14.133 de 1-º de abril de 2021;

11.1.3. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, e para aprendiz.

11.1.4. Efetuar a entrega do produto, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do contrato e do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do modelo, procedência e prazo de garantia;

11.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

11.1.6. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto/material/ com avarias ou defeitos;

11.2. Obrigações da Contratante:

11.2.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido.

11.2.2. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja entregue qualquer produto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

11.2.3. Autorizar o fornecimento dos itens e emitir os documentos específicos para tal.

11.2.4. Exercer a fiscalização do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei n. 14.133/2021.

11.2.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12. DA SUBSTITUIÇÃO DO CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO

12.1. Tendo em vista o caráter econômico do fornecimento, ou seja, contratos com valores inferiores aos limites admitidos para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021); e ainda a simplicidade das obrigações da presente aquisição e a ausência de risco, o que ocorre nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, optasse pela substituição do instrumento de contrato por nota de empenho, nos termos do art. 95, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

13. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA

13.1. Será selecionado o fornecedor proponente da melhor oferta, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:

13.1.1. DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS:

13.1.1.1. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Comprovante de número de conta bancária

13.1.1.2. A documentação (do representante) exigida das pessoas físicas.

- a) Cédula de Identidade dos sócios;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Individual de Contribuinte (CIC ou CPF) do Ministério da Fazenda dos sócios;
- a) Informações para contato: email e telefone.

13.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c)

- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
- d) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Secretaria da Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda do Município, relativa à sede ou domicílio da empresa;

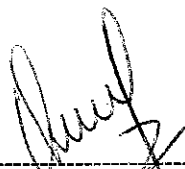
13.1.3. DOCUMENTOS PESSOAS FÍSICAS:

13.1.3.1. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) CPF – Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda;
- b) CI – Carteira de Identidade/Registro Geral junto a órgão oficial de identificação;
- c) Comprovante de Endereço Atualizado;
- d) Número do PIS/PASEP.
- e) Comprovante de número de conta bancária
- f) Informações para contato: e-mail e telefone.

13.1.3.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certidão Negativa junto a Receita Federal;
- b) Certidão Negativa junto a Receita Estadual;
- c) Certidão Negativa do Município de Origem;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- e) Certidão de Quitação Eleitoral.
- f) Certificado de Reservista (para homens até 45 anos).



Noé Raimundo de Araújo
Secretário de Educação